



21. JUL 17 01273

Exmo. Senhor  
Chefe do Gabinete de S. E. o  
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

SUA REFERÊNCIA  
228

SUA COMUNICAÇÃO DE  
19-01-2016

NOSSA REFERÊNCIA  
ENT.: 352  
PROC. Nº: 19.4

DATA

ASSUNTO: Pergunta n.º 365/XIII/1.ª, de 19 de janeiro de 2016

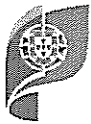
*Caro Senhor António*

Em resposta ao V/ ofício n.º 228, de 19-01-2016, que remete a pergunta n.º 365/XIII/1.ª, da mesma data, relativa à Amortização de empréstimos ao FMI, encarrega-me o Senhor Ministro das Finanças de transmitir que as questões levantadas importam uma análise mais aprofundada da estrutura da dívida pública. O aumento da maturidade média, a diminuição dos custos de emissão, o alargamento e diversificação da base de investidores tornam a estrutura da dívida pública hoje mais sustentável. A gestão do *stock* da dívida é feita dinamicamente pelo IGCP, tendo como objetivo principal a minimização do custo numa perspetiva de longo prazo, garantindo uma distribuição equilibrada dos custos da dívida pelos orçamentos de diversos anos.

Face ao exposto, importa referir que, relativamente ao empréstimo do FMI, em fevereiro, Portugal concluiu o reembolso antecipado de metade do empréstimo ao FMI, aproveitando assim a autorização concedida pelas instituições da EU, em Fevereiro de 2015. O reembolso foi concluído cerca de seis meses antes do previsto, refletindo a robustez das condições económicas e financeiras de Portugal.

A 28 de junho, os parceiros europeus autorizaram um novo pré pagamento antecipado do empréstimo do FMI, no montante de 9,4 mil milhões de euros, a concretizar num prazo de 30 meses. O Governo pretende pagar 3,6 mil milhões de euros até agosto, sendo que a primeira parcela, de cerca de um milhar de milhão de euros, será paga já nos próximos dias.

Estes pagamentos não terão impacto nas necessidades de financiamento de 2017. O Estado prevê emitir mais cerca de 9,2 mil milhões até final do ano (dos quais 5,2 mil milhões de euros em dívida de médio e longo prazo no mercado internacional, 2,3 mil milhões de euros através do empréstimo do Banco Santander, obtido no âmbito do acordo dos *swaps* das empresas públicas, e cerca de 1 milhar de milhão de euros em instrumentos de retalho), o que permitirá chegar ao final do ano com uma posição de



Tesouraria de 6,4 mil milhões de euros. Este valor representa cerca de 50% das necessidades de financiamento de 2018, excluindo eventuais amortizações antecipadas do FMI.

Este Governo assumiu prioridades para a governação do país que passaram pela recuperação económica das famílias e empresas, pela melhoria contínua do mercado de trabalho, com aumento do emprego e a redução sustentada do desemprego, mantendo o cumprimento dos compromissos internacionais. Estas prioridades não alheias a uma análise aprofundada sobre o tema em questão.

Portugal tem conseguido, com os bons resultados obtidos, aumentar sustentadamente a sua credibilidade.

Com os melhores cumprimentos, *André Caldas*

O Chefe do Gabinete

André Caldas

C/c: SEAFin e SEO